



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política social e Serviço Social.
Sub-eixo: Ênfase em Comunicação e Cultura.

COM A PALAVRA, A MÍDIA: O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Paola Gomes Ribeiro¹
Michelly Laurita Wiese²

Resumo: O artigo apresenta como a mídia de Florianópolis retrata o SUS no Estado de Santa Catarina. Analisou-se as notícias veiculadas nos sites dos jornais Diário Catarinense e Notícias do Dia, entre 2016 a 2018. Foram selecionadas 58 notícias, das quais 20 abordavam o SUS como “SUS-problema”. O Serviço Social, pautado pelas bandeiras de luta do direito à saúde e à comunicação, precisa estar atento ao debate.

Palavras-chave: Política Social. Saúde. Serviço Social. Comunicação. Mídia.

Abstract: This presents how Florianópolis media portrays SUS at Santa Catarina. The news of Diário Catarinense and Notícias do Dia journals were analyzed from 2016 to 2018: 58 were selected of which 20 addressed to SUS as "SUS-problema". The Social Service, guided by resistance and by the fight for the right to health and communication, must be attentive to the debate.

Keywords: Social Policy. Health. Social Service. Communication. Media.

1 INTRODUÇÃO

Ao pensar de que forma os usuários podem acessar os serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) ou até mesmo se organizarem para reivindicar melhorias, propor sugestões e fugir do discurso permeado pelo senso comum, compreende-se que a informação é uma das ferramentas para garantir que o mesmo seja realmente conhecido e compreendido em sua totalidade para além do que cotidianamente é noticiado pela mídia.

Por considerar que a comunicação é um elemento fundamental e estrutural na sociedade, surgiu a necessidade de buscar entender esse mecanismo também no âmbito das políticas sociais. O trabalho realizado busca aproximar-se da resposta para o seguinte problema: “de que maneira a mídia jornalística on-line de Florianópolis retrata o SUS no Estado de Santa Catarina?”.

O presente trabalho tem por objetivo geral analisar de que forma a mídia de Florianópolis retrata o SUS no Estado de Santa Catarina, e como objetivos específicos:

¹ Professor de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: <paolagrib@gmail.com>.

² Professor com Formação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: <paolagrib@gmail.com >.

a) identificar as maiores incidências de notícias referentes ao SUS veiculadas nos jornais on-line; b) analisar de que forma essas informações são veiculadas e quais pressupostos apresentam acerca do SUS; c) problematizar a importância da informação disseminada de forma democrática e provedora de um senso crítico acerca do SUS; e d) provocar os profissionais de Serviço Social a pensarem em como a comunicação pode colaborar (ou não) na defesa do SUS.

Existe uma discussão ainda discreta por parte do Serviço Social, da relação da mídia com o SUS. A exemplo, tem-se as iniciativas de debate acerca da comunicação como direito por parte do conjunto do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), que levantam a questão da informação como um importante instrumento de construção e de qualificação na atuação profissional dos assistentes sociais. A presente pesquisa partiu da hipótese de que pouco se divulga sobre o que é o SUS, quais instâncias ele abrange e como se dá a relação com os usuários. Nesse sentido, o modo como o SUS é retratado pela mídia pode vir a influenciar a forma de compreender a relevância de uma política de saúde pública, gratuita e de qualidade.

Esse artigo foi construído com uma discussão acerca do SUS como direito do cidadão e responsabilidade do Estado, passando pela reflexão sobre a saúde e a comunicação também como direitos inalienáveis dos cidadãos e apresentando a pesquisa qualitativa realizada a partir dos jornais Diário Catarinense e Notícias do Dia, com vias a atingir os objetivos propostos e responder a problemática apresentada.

2 O SUS COMO DIREITO DO CIDADÃO E RESPONSABILIDADE DO ESTADO

A área da saúde é considerada a de maior sucesso no que diz respeito ao fortalecimento dos direitos sociais (NOGUEIRA; MIOTO, 2006). Behring e Boschetti (2011) afirmam que, em razão das tradições políticas econômicas e socioculturais do Brasil, somente a partir da Constituição Federal de 1988 houve a perspectiva da construção de um padrão público universal de proteção social.

Sobre as ações executadas pelo SUS, Carvalho (2013) ressalta que a concepção e o campo da saúde pública enquanto SUS é abrangente e inclui o individual e o coletivo nas ações de promoção, proteção e recuperação da saúde em todos os campos. Dentro dessa perspectiva, o SUS favoreceu uma importante mudança no modelo assistencial e surgiu como uma ferramenta de atendimento às necessidades da saúde da população brasileira (NOGUEIRA; MIOTO, 2006).

Conforme Bravo (2013), a democratização do acesso, a universalização das ações, a descentralização, a melhoria da qualidade dos serviços a partir de um novo

modelo assistencial baseado nos princípios da integralidade e equidade das ações e a participação popular, tem feito parte de um projeto questionado a partir dos anos 1990 constituindo-se em uma perspectiva atualmente considerada contra hegemônica, mas sem esquecer que o Brasil tem tradição em políticas sociais de cunho privatista, “[...] pautado na Política de Ajuste que tem como principais tendências à contenção dos gastos com racionalização da oferta; descentralização com isenção de responsabilidade do poder central” (BRAVO, 2013, p. 101).

Mota (2015) afirma que o traço predominante do que a autora chama de “cultura de crise” é o fato de que a mesma afeta a sociedade de forma indistinta, independente da condição de classe desses sujeitos, em que a única alternativa é o sacrifício de todos. A partir disso, “[...] a burguesia tenta obter o consenso ativo das classes subalternas, baseado em questões que afetam o cotidiano das classes trabalhadoras, considerando-as como situações decorrentes da crise” (MOTTA, 2015, p. 113). Atualmente a grande mídia e o governo creditam aos gastos direcionados às políticas sociais, a maior responsabilidade pela crise econômica do país. De acordo com Vieira e Benevides (2016), o aumento da dificuldade para a efetivação do direito à saúde no Brasil também foi apontado como uma das consequências do novo Regime Fiscal proposto pela Emenda Constitucional nº 95/2016, na qual os investimentos em saúde e educação permanecerão congelados até o ano de 2036, pois a medida coloca um teto para as despesas primárias do governo (VIEIRA, 2016).

A partir dessas afirmações, é possível obter um panorama acerca do SUS dentro das políticas sociais, mas percebe-se que ainda existe uma lacuna entre o que esse sistema prevê enquanto política e o quanto a população compreende e problematiza seu acesso aos serviços de saúde. Como consequência do constante tensionamento do modelo privatista para se apropriar integralmente dessa política, ou seja, a histórica apropriação da coisa pública e dos fundos públicos realizada pelo setor privado, a saúde vem sofrendo sucessivos ataques através de medidas restritivas (subfinanciamento, terceirização etc.).

Ao pensar sobre a forma como as informações são disseminadas para a população, os veículos de comunicação surgem como um dos principais agentes nesse processo. A noção do que é direito também pode ser fomentada a partir dos meios de comunicação. A compreensão da realidade concreta pode colaborar para a formação de uma consciência crítica acerca do contexto social, cultural econômico e político do país. Atualmente observa-se um movimento por parte da saúde coletiva no sentido de ampliar essa relação e trazer a comunicação e a saúde para o nível da politização e da participação popular com foco na promoção da cidadania.

3 COMUNICAÇÃO E SAÚDE COMO DIREITOS INALIENÁVEIS À POPULAÇÃO

Para Martino (2001), a comunicação pode ser definida como a relação entre consciências estabelecida realizada de forma intencional. Assim, percebe-se que o ato de comunicar estabelece uma relação entre as pessoas. De acordo com essa visão, compreende-se comunicação e a saúde como direitos interdependentes, ou seja, que necessitam um do outro para serem de fato garantidos.

Historicamente a relação entre comunicação e a política de saúde no Brasil ocorre desde a década de 1920 quando o Departamento Nacional de Saúde passou a utilizar a educação sanitária como forma de evitar epidemias a partir da adoção de práticas consideradas higienistas. A partir da criação de Serviço Nacional de Educação, na década de 1940, a disseminação das informações educativas sobre prevenção de doenças possuía ampla veiculação pelos meios de comunicação. As décadas seguintes mantiveram a comunicação atrelada às práticas da política de saúde, principalmente quando faziam referência a mudanças de costumes e práticas da população (ARAÚJO; CARDOSO, 2007).

Mas o que de fato se deseja da comunicação em relação ao SUS? Para além do processo educativo que tem suas raízes em práticas higienistas, muito mais do que divulgar campanhas o que se busca dessa relação é o fato de que seja possível fomentar o debate da população acerca da saúde pública. Para isso, é necessário que as pessoas estejam informadas e instrumentalizadas para participar de forma ativa nas discussões sobre os rumos da política nas esferas municipal, estadual e federal. Nessa direção, tem-se os discursos acerca da democratização da comunicação e da importância de o cidadão ter sua voz ouvida.

O SUS e a forma como ele é abordado pela mídia pretende revelar o caráter contraditório no que se compreende como o enfoque sob determinado tema. As filas de espera nas emergências dos hospitais, a carência de especialidades em determinadas regiões e os escândalos relativos à descoberta de desvio de dinheiro destinado ao orçamento da política de saúde do país são fatos reais; e, no sentido de denunciar a situação da saúde pública, devem ser divulgados e lançados para o debate na sociedade. Em contrapartida, as iniciativas que dão certo, os serviços prestados pela rede de saúde pública, bem como a defesa de um projeto que luta por um SUS de qualidade também deveriam ser divulgados com a mesma intensidade pela mídia.

De acordo com Fontes (2012), o caráter e a abordagem concedida a determinado assunto concedem um tipo de percepção para quem recebe a informação. Essas informações podem atender a interesses ideológicos, perdendo assim ao caráter

crítico e informativo. Informação é poder; portanto, na medida em que a população conhece e compreende o SUS, também se instrumentaliza como um agente político no processo de qualificação e efetivação da saúde. Nesse sentido, a luta pela comunicação democrática, a fim de que o SUS consiga criar uma imagem diferente da que é comumente referenciada pela mídia, deve ocasionar a adesão da população na busca pela efetivação dessa política.

4 METODOLOGIA

A pesquisa é uma dimensão do exercício profissional dos assistentes sociais como uma condição que possibilita a formulação de respostas capazes de realizar proposições efetivas e que possam materializar os princípios ético-políticos norteadores do Projeto Profissional do Serviço Social (IAMAMOTO, 1998).

A presente pesquisa enquadra-se como qualitativa, pois parte da concepção de que existe uma relação dinâmica entre a realidade e o sujeito, uma relação de interdependência entre o mundo subjetivo e a subjetividade do sujeito (CHIZZOTTI, 1991). Em relação aos procedimentos, a pesquisa é bibliográfica e documental.

Quanto ao universo da pesquisa, buscou-se analisar as notícias veiculadas nos jornais de maior circulação no Estado de Santa Catarina, localizados na capital, em Florianópolis, e que possuem veiculação on-line e impressa. Atualmente as empresas que trabalham com distribuição de jornais com essas características são o Grupo NC, que veiculam os jornais Diário Catarinense e Hora de Santa Catarina, e o Grupo RIC Record Santa Catarina, responsável pela circulação do jornal Notícias do Dia. Para manter um caráter igualitário em relação ao universo a ser pesquisado, pois dois veículos pertencem ao mesmo grupo, optou-se pela análise das notícias veiculadas nos jornais Diário Catarinense e Notícias do Dia.

Para a coleta de dados foi realizado um levantamento da incidência de matérias publicadas na versão online dos jornais Diário Catarinense e Notícias do Dia, relacionadas ao sistema de saúde público no Estado de Santa Catarina. Para tanto, a pesquisa buscou analisar as notícias veiculadas no período do Golpe parlamentar que incidiu no *Impeachment* da presidente eleita Dilma Rousseff, de 31 de agosto de 2016 a 31 de março de 2018.

O mapeamento da produção dos jornais foi realizado utilizando os descritores que poderiam estar expressos no título ou no corpo da notícia: "SUS", e "Sistema Único de Saúde" e "saúde pública". Essa ação se deu a partir da utilização do mecanismo de pesquisa Google Notícias.

Após a seleção inicial das notícias, a etapa seguinte contou com o registro e classificação em pastas salvas no computador e na ferramenta de armazenamento de arquivos on-line, Google Drive. A partir desse momento, as notícias foram analisadas e classificadas conforme o teor principal. Após uma análise inicial, notícias que apenas citavam o SUS foram descartadas, bem como aquelas que foram recuperadas em virtude do prefixo de palavras como “suspeito” ou “suspender”. Os resultados apresentados da busca pelo descritor “Sistema Público de Saúde”, por conta das normas de redação, aparecem acompanhados com a sigla “SUS”, portanto, não apresentaram notícias diferentes mesmo utilizando outro tipo de palavra-chave. No caso do descritor “Saúde Pública”, a busca preliminar gerou alto volume de ocorrências, mas as notícias não faziam relação direta com o SUS, portanto, esse descritor foi descartado.

Sendo assim, a coleta de dados após filtragem resultou em 58 notícias consideradas relevantes para a pesquisa, sendo 29 para cada um dos jornais selecionados, material que compôs o corpus da pesquisa e foi objeto de análise.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A saúde pode ser analisada sob diversos aspectos. A escolha pelo viés do jornalismo e da mídia levam em conta a possibilidade que a mídia possui de produzir um discurso público e especializado, que a partir do poder simbólico, é dotado de legitimidade (ARAÚJO; CARDOSO, 2007). Isso significa que o jornalismo possui a capacidade de estabelecer relações entre mídia e demais campos sociais e se configura como lugar de mediação essencial para produzir sentidos nos campos da política, da cultura, da saúde e da economia (CARDOSO; SACRAMENTO; MACHADO, 2017).

Considerar a mídia como única fonte de informação, conhecimento e entretenimento pode ser visto como ingenuidade, mas é preciso levar em conta a relevância do papel por ela realizado no processo de compreensão da realidade. A produção de discurso sobre um fato é um processo que não se dá de forma imparcial (uma utopia jornalística), pois leva em conta um fator relevante na construção do relato acerca de determinado acontecimento – a subjetividade de quem o produz. De acordo com Zanneti (2011), os meios de comunicação de massa possuem a possibilidade de multiplicar ideias, consensos, revoltar, e gerar apatia, configurando-se como uma ferramenta importante para manter a hegemonia de uma ideia ou de um grupo social.

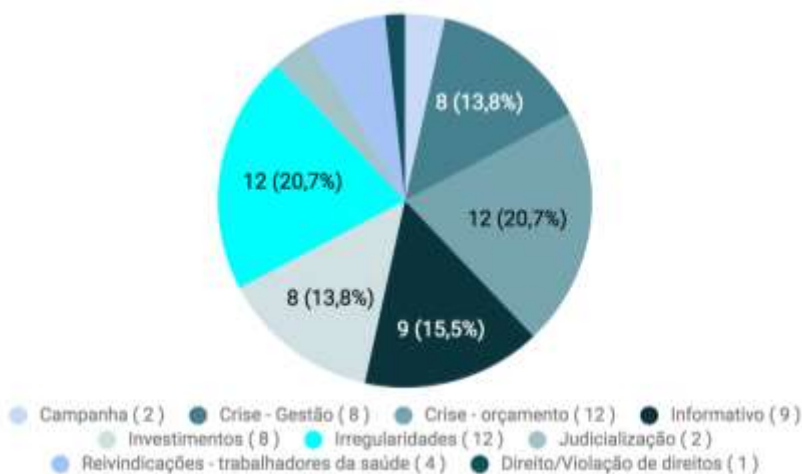
Conforme Araújo e Cardoso (2007), a mídia, por meio do “discurso midiático”, possui o poder de construir a realidade transformando as leituras que realiza sobre ela em verdades, organizando o que as pessoas veem ou o que não veem. Nesse sentido, analisar como os dois principais veículos com alta circulação impressa e acessos on-

line de Florianópolis retratam o SUS pode auxiliar na compreensão de como a realidade acerca da saúde de caráter público e universal é produzida e disseminada.

Para a análise foram selecionadas 58 notícias, sendo divididas em 29 para cada um dos jornais analisados. As categorias estabelecidas para as notícias foram: campanha, crise (subcategorizadas em gestão e orçamento), direito/violação de direito, informativa, investimentos, irregularidades, judicialização e reivindicações dos trabalhadores da saúde.

O gráfico 1 mostra o quantitativo de notícias divididas por categorias, evidenciando que aquelas voltadas a tratar da crise no orçamento e de irregularidades são as mais proeminentes.

Gráfico 1 – Quantitativo de notícias por categoria em relação ao total de ocorrências



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Em virtude do espaço para discussão, o enfoque deste artigo será na categoria com maior ocorrência de notícias nos veículos analisados. Assim, o tema crise será abordado na sequência e evidenciará as ocorrências encontradas, sendo onze delas no Diário Catarinense (DC) e nove no Notícias do Dia (ND).

O quadro 1 apresenta o agrupamento das notícias encontradas sobre a crise, na subcategoria gestão.

Quadro 1 - Crise na gestão

Veículo	Data	Título
---------	------	--------

DC	26/12/2016	Sem receber, funcionários do Hospital de Laguna cruzam os braços
DC	05/01/2017	Sistema de saúde catarinense está na UTI
DC	05/05/2017	Espera por cirurgias eletivas no SUS pode agravar quadro de pacientes, diz especialista
ND	22/08/2017	Placar exhibe faltas em consultas agendadas em Policlínica de São José
ND	01/09/2017	MP fará auditoria para apurar dívida de R\$ 508 milhões da Saúde em Santa Catarina
ND	13/09/2017	Secretaria da Saúde de Santa Catarina reconhece dívida de R\$ 508 milhões
ND	02/03/2018	SUS descredencia maternidade Chiquinha Gallotti, em Tijucas
ND	31/08/2017	Governador Raimundo Colombo comenta situação da saúde em Santa Catarina

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O discurso acentuado para o fatalismo não é novidade quando existe uma tendência a apoiar um projeto que atua na contramão da saúde universal e gratuita e das demais políticas sociais. Não há dúvidas da importância de noticiar os acontecimentos como são, ou seja, o SUS no estado de Santa Catarina, assim como nos demais estados, encontra-se em situação delicada, carente de um financiamento adequado e de uma gestão que tenha como parâmetro os princípios do SUS. Para além disso, faz-se necessário avaliar o que significa esse alto volume de notícias tratando sobre a crise na saúde do estado. Nas notícias analisadas no item da crise sobraram críticas na maioria das vezes ausentaram-se as proposições.

Mendes (2015) faz uma análise crítica e realiza duas observações ao afirmar que a crise na saúde é universal e manifesta-se nas dimensões do déficit do funcionamento dessa política, nas desigualdades que promove e no descontentamento da opinião pública. Mota (2015) afirma que no Brasil, a discussão da crise vem sendo tematizada como uma herança do modelo econômico produzido após o período do Regime Militar iniciado em 1964 ou como resultado da crise econômica mundial. De acordo com a autora, no final da década de 1980 o chamado “Plano Collor” contou com o apoio da mídia para construir e disseminar o discurso da necessidade de uma série de reformas para conter a crise que previam a redução do Estado e a liberalização da economia. A “manipulação” e as pesquisas de opinião de caráter discutível quanto à sua veracidade também faziam parte das ações da mídia naquela época (MOTA, 2015).

Sobre questões específicas de orçamento, o quadro 2 apresenta as notícias selecionadas para análise.

Quadro 2 - Crise Orçamento

Veículo	Data	Título
DC	20/09/2016	Déficit da prefeitura de Florianópolis atinge R\$ 95 milhões em 2015
DC	11/12/2016	Liminar determina retomada dos atendimentos no Hospital São José
DC	21/02/2017	Laboratórios podem suspender exames do SUS em Florianópolis
DC	27/08/2016	“É necessário que tenhamos gestores nas instituições”, diz consultor em gestão de hospitais
DC	28/03/2017	Santa Catarina tem segunda maior queda do país no número de leitos pediátricos

DC	03/03/2017	Em cada cinco consultas médicas agendadas, um paciente falta e gera prejuízo de R\$ 13,4 milhões em SC
DC	31/01/2017	Saúde em SC passa por situação caótica
DC	07/12/2016	Hospital de Caridade, em Florianópolis, suspende atendimentos pelo SUS
ND	08/11/2017	Dívida com o Estado ameaça funcionamento do hospital de Tijucas
ND	02/12/2016	Com dívida de R\$ 20 mi, Hospital de Caridade suspende atendimento a novos pacientes do SUS
ND	26/07/2017	Secretário de Saúde estuda negociar área do Hospital Celso Ramos, em Florianópolis
ND	11/11/2017	Santa Catarina sobrevive ao colapso da saúde; “houve uma explosão de custos”, diz Colombo

Fonte: Elaborado pelas autoras.

De acordo com Paim (2009) o financiamento do SUS decorre dos impostos e contribuições que a sociedade destina para o Estado a nível federal, estadual e municipal. Por conta disso a mídia, economistas, juristas e políticos costumam realizar ampla discussão se o maior problema no SUS trata-se de gestão ou financiamento (PAIM, 2009). No caso das matérias classificadas neste item, há um predomínio do viés financeiro que não pode ser descolado da gestão.

As 20 notícias que falam de modo geral sobre aspectos da crise no SUS são o indicativo de que existe a necessidade urgente de mudanças estruturais na gestão da saúde, isso é inegável. O que cabe a reflexão e o fato de que, para além da denúncia e do alarme da situação deficitária da saúde, caberia também à mídia o papel de questionar sobre a utilização dos recursos destinados ao SUS. Noticiar a decadência do SUS sob os mais diversos aspectos e títulos alarmantes descolado do contexto nacional político e econômico, vide EC 95/2016, pode ser considerado desserviço em relação à defesa de um sistema de saúde de caráter universal.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os objetivos apresentados ao início deste trabalho, a pesquisa analisou de que forma a mídia de Florianópolis retrata o SUS no Estado de Santa Catarina a partir da análise das notícias veiculadas no formato on-line dos jornais Diário Catarinense e Notícias do Dia. Ao identificar os tipos de notícias referentes ao SUS, analisou como essas informações foram divulgadas e o que afirmavam. A partir de um viés crítico e teoricamente embasado, este trabalho buscou problematizar a importância da informação disseminada, tendo em vista o tensionamento entre os projetos de saúde público e o privado.

Partiu-se da hipótese de que pouco se divulga sobre o que é o SUS, quais instâncias ele abrange e como se dá a relação com os usuários, o que pôde ser confirmado na medida em que a pesquisa mostrou que grande parte das notícias

priorizaram a narrativa em aspectos negativos, deixando de lado a potencialidade educativa da mídia em relação ao Sistema Único de Saúde.

Pode-se considerar que a comunicação quando pensada na sua relação com a saúde tem andado na direção oposta ao SUS. Ao tomar como parâmetro seus princípios doutrinários e organizativos, é possível observar que o que tem se apresentado pelas instituições é um tipo de comunicação produzida e pensada sem analisar a voz de quem está recebendo a informação. O que se percebe, tanto nas instituições como na mídia, é a existência da produção de um diálogo centralizado e que trata o cidadão como um mero “alvo” e não promove a troca de informações. É preciso um real posicionamento dos veículos midiáticos na defesa dos interesses do SUS, situação que tem ocorrido com pouca ou nenhuma frequência diante do contexto político e econômico que cada vez mais pende para a privatização da saúde.

Cabe ressaltar que este trabalho buscou realizar um ensaio sobre esta discussão, mas que carece de aprofundamento principalmente porque a mesma ainda é incipiente dentro do Serviço Social. Outro fato importante a ser ressaltado é o de que este trabalho não pretende creditar à mídia o poder absoluto no processo de formação de opinião, apesar da compreensão de que ela exerce um papel importante. Entende-se que a pessoa que recebe a informação é um ser capaz de produzir sentido acerca da informação que recebe, o que leva a busca de compreensão do fato de que, atualmente, o material produzido pelos veículos de comunicação fundamenta-se em abordagens parciais sobre o SUS, o que, conseqüentemente, promove uma apreensão fragmentada a respeito da saúde pública.

As estratégias midiáticas que envolvem a seleção de determinados assuntos abordados deveriam ser pautadas pela intenção em divulgar informações de interesse público, portanto, o que não é levado ao conhecimento da população pode ser desconsiderado. Ainda em se tratando das lacunas deixadas pela mídia, a voz da população usuária e a dos profissionais da saúde praticamente não encontraram espaço nas notícias analisadas, caracterizando o discurso midiático como algo que parte de um lugar de poder de fala direcionado a receptores sem direito a voz ou a terem suas reivindicações e posicionamentos levados em conta.

Diante das informações apresentadas na análise das notícias, observa-se que o “SUS problema” obteve predominância nos discursos dos dois veículos analisados onde a crise e as irregularidades no SUS estiveram presentes na pauta dos dois veículos.

Este trabalho também não pretende levantar a ideia errônea de que o SUS vive seu melhor momento. É importante realizar uma análise crítica sobre a situação do sistema de saúde brasileiro que vive um contexto do que Paim (2009) chama de modelo de desatenção, com dificuldades no âmbito da integralidade e incipiente em termos de

participação social, mas sem desconectar do fato de que uma política subfinanciada, como é o caso da saúde, possui poucas ferramentas para crescer e se efetivar como um direito.

A defesa dos Direitos Humanos é um dos pilares dos princípios do Código de Ética (CE) de 1993 do assistente social. Dessa forma, a categoria profissional dos assistentes sociais, por meio das suas instâncias de representação, tem se posicionado acerca da defesa da saúde e da comunicação como direito e da democratização da mídia. Nesse caso, a realização de uma discussão teórica sobre o Serviço Social nessa relação buscou convidar os profissionais a pensar em quais formas a categoria pode materializar o discurso em práticas de militância nessas áreas, considerando o fato de que o cenário trazido ao longo deste trabalho aponta para um processo histórico e cada vez mais evidente de desestruturação e de violação dos direitos acima citados.

A garantia de direitos é um dos pressupostos da ação profissional dos assistentes sociais, portanto, quando há violações de direitos, essa questão também compete à profissão. Desse modo, faz-se necessário o engajamento da categoria principalmente pelo fato de que o direito de falar e ser ouvido é um dos pilares da cidadania.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I. S. de.; CARDOSO, J. M. **Comunicação e Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

BARROCO, M. L. S. Princípios Fundamentais. *In*: BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. **Código de Ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 125-126.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Lei Orgânica da Saúde. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm. Acesso em: 2 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **8ª Conferência Nacional de Saúde**. Relatório Final. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 1986. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/8_conferencia_nacional_saude_rela_to. Acesso em: 2 jun. 2019.

BRAVO, M. I. S. Política de Saúde no Brasil. *In*: MOTTA, A. E. *et al.* (org.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 89-181.

BRAVO, M. I. S. **Saúde e Serviço Social no Capitalismo: fundamentos sóciohistóricos**. São Paulo: Cortez, 2013.

CARDOSO, J.; SACRAMENTO, I.; MACHADO, I. B. A emergência das epidemias de dengue e zika em O Globo. *In*: SACRAMENTO, I. (org.). **Mediações comunicativas da saúde**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017. p. 219-270.

CARVALHO, G. A saúde pública no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 78, p. 7- 26, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000200002. Acesso em: 2 jun. 2019.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

FONTES, M. L. A. O enquadramento do aborto na mídia impressa brasileira nas eleições 2010: a exclusão da saúde pública do debate. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 7, p. 1805-1812, jul. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000700019&lang=pt. Acesso em: 2 jun. 2019.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

MARTINO, L. C. De qual comunicação estamos falando? *In*: HOHLFELD, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. (org.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENDES, Á. A saúde pública brasileira no contexto da crise do Estado ou do capitalismo? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 66-81, jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v24s1/0104-1290-sausoc-24-s1-00066.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2019.

MOTA, A. E. **Cultura da Crise e Seguridade Social**. São Paulo: Cortez, 2015.

NOGUEIRA, V. M. R.; MIOTO, R. C. T. Desafios Atuais do Sistema Único de Saúde – SUS e as Exigências para os Assistentes Sociais. *In*: MOTA, A. E. *et al.* (org.). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 10-23.

PAIM, J. S. **O que é o SUS**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

VIEIRA, F. S.; BENEVIDES, R. P. de S. (org.). **Nota Técnica nº 28: Os impactos do Novo Regime Fiscal para o financiamento do Sistema Único de Saúde e para a efetivação do direito à saúde no Brasil**. Brasília: Ipea, 2016.

Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28589&Itemid=2. Acesso em: 2 jun. 2019.